



*O que é a*

# **DEFENSORIA PÚBLICA?**

# *O que é a* **DEFENSORIA PÚBLICA?**

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro tem a função de oferecer, de forma integral e gratuita, assistência e orientação jurídica aos cidadãos vulneráveis, como crianças, idosos, deficientes, refugiados, endividados, mulheres vítimas de violência de gênero, vítimas de preconceito racial ou por sua orientação sexual, além daqueles que não possuem condições financeiras de pagar as despesas destes serviços. Além disto, promove a defesa dos direitos humanos, direitos individuais e coletivos, conforme previsto na Constituição da República. A gratuitade de justiça abrange honorários advocatícios, periciais, e custas judiciais ou extrajudiciais.

Em processos criminais, por força do princípio constitucional da ampla defesa, qualquer pessoa poderá ter sua defesa patrocinada pela Defensoria Pública, independentemente de sua condição econômica. Ressalte-se que não só a pessoa física pode ser atendida pela Defensoria Pública. As pessoas jurídicas em dificuldades financeiras, como as microempresas, podem se valer do patrocínio do defensor público. Igualmente podem ser patrocinadas sociedades sem fins lucrativos e associações comunitárias, desde que declarem insuficiência de recursos.

Os defensores públicos são formados em Direito e ingressam na Defensoria Pública com, no mínimo, dois anos de experiência, por meio de aprovação em um rigoroso concurso de provas e títulos. À frente da instituição está o defensor público-geral, cargo atualmente ocupado por André Luís Machado de Castro, indicado pelo governador, após ser eleito pela categoria, para mandato de dois anos, com possibilidade de uma recondução por igual período.

A instituição tem hoje 800 defensores públicos em atividade e cerca de 1.500 servidores públicos distribuídos nas 92 comarcas do Rio de Janeiro, atendendo, assim, todos os municípios do estado.

## ATENDIMENTOS REALIZADOS 2015/2016 (até junho)

### TOTAL DE ATENDIMENTOS DA DEFENSORIA PÚBLICA RJ

**2.433.675**

#### JUSTIÇA ITINERANTE

**43.351**

#### AÇÕES SOCIAIS

**33.155**

#### CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO - CRC

Ligações atendidas

**1.098.005**

Atendimentos via Fale Conosco:

**35.719 mensagens**

**Justiça Itinerante:** Atendimento volante em que defensores, promotores e juízes vão até o cidadão – especialmente o mais carente – para oferecer assistência jurídica.

**Central de Relacionamento com o Cidadão - CRC:** Canal de atendimento direto com o cidadão por meio de telefone ou internet para agendamentos e informações.

**Ações Sociais:** Mobilizações regulares em que defensores e servidores vão até à população para oferecer serviços como orientação jurídica e emissão de documentos.

## ÓRGÃO INDEPENDENTE

O posicionamento firme em favor da cidadania pauta as manifestações da Defensoria, ainda que isso implique em litigar contra o próprio estado e demais poderes. Por meio de notas, entrevistas, audiências públicas, artigos, cartilhas, ações judiciais e extrajudiciais a instituição marca seu posicionamento a respeito de temas de grande repercussão, ainda que contrariando interesses diversos. Exemplo é a defesa da manutenção da maioridade penal aos 18 anos, contrária ao projeto de redução para 16 em tramitação no Parlamento.

Recentemente, a Defensoria atuou para que servidores públicos aposentados e pensionistas tivessem seus salários pagos, contrariando decreto do governo que adiava o pagamento. Uma Ação Civil Pública bloqueou os valores referentes ao pagamento e obrigou o estado a efetuar o repasse imediato aos servidores.

### *Confira outras manifestações:*

- Combate ao superencarceramento, com intensa defesa das audiências de custódia
- Defesa de vítimas de violência policial
- Ação para dar dignidade ao tratamento às transexuais do sistema penitenciário
- Mobilização pelo fim da revista vexatória nos presídios e nas unidades do sistema socioeducativo
- Ação para garantir o direito de a mulher optar pelo acompanhamento de doula na hora do parto
- Habeas corpus para proibir o recolhimento de crianças e adolescentes sem que haja evidências da prática de delito, assegurando o direito de ir e vir
  - Intermediação de acordos extrajudiciais para reparação a vítimas de grandes acidentes de consumo
  - Erradicação do sub-registro, com emissão de documentos civis
  - Ações para garantir vaga em escolas e creches, assegurando o acesso à educação

## DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

## GARANTIA DE ACESSO À SAÚDE

A atuação do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública alcança todo tipo de violação aos direitos e liberdades, coletivos ou individuais. Exemplo disso é a assistência jurídica dada a famílias de vítimas de violência policial e estatal, para pedido de indenização por parte do Estado e também como assistente de acusação. O trabalho não impede que o mesmo núcleo também assista famílias de policiais militares mortos em serviço.

O núcleo é responsável ainda por iniciativas que visam garantir condições dignas à população carcerária. São ações com pedidos de pelo menos uma hora de banho de sol diária para os presos; com pedido de proibição de divulgação, pela polícia, de imagens de quem ainda não tenha sido julgado e condenado; e de médicos, inclusive especialistas em saúde da mulher, para atendimento às presas.

Também está vinculado ao Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos todo o trabalho em favor da diversidade sexual, de combate ao racismo, à intolerância religiosa e à desigualdade racial, bem como de apoio a refugiados, que recebem auxílio na regularização de sua permanência no país e o acesso a direitos básicos. Recentemente, a Defensoria assegurou que uma criança síria tivesse cirurgia custeada pelo poder público.

A Defensoria Pública também atua na garantia do direito à saúde para todo o cidadão e faz isso por meio de sua Coordenadoria de Saúde e Tutela Coletiva. Das ações em tramitação no Tribunal de Justiça, 70% têm atuação da Defensoria. As principais dizem respeito a fornecimento de medicamentos; tratamento médico; e internação hospitalar.

O órgão destacou-se em casos de grande relevância para a população, adotando as medidas eficazes diante da crise que atingiu diretamente o sistema de saúde. Em 2015, a Defensoria Pública integrou o gabinete de crise criado para cobrar soluções do Poder Público. Umas das decisões favoráveis obtidas foi o repasse imediato dos recursos financeiros obrigatórios.

Em parceria com o Ministério Público, a Defensoria recomendou ao Governo um plano de contingência com medidas como a imediata identificação das unidades com restrição no atendimento e informações sobre o motivo pelo qual não estavam funcionando. Ainda hoje, defensores da coordenadoria realizam visitas regulares a todas as unidades da Capital e do interior do estado.

Neste ano, a Coordenadoria obteve liminar obrigando o governo a repassar verba necessária para o funcionamento do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe), um dos mais importantes do estado, que corria o risco de fechar. Mais recentemente, obteve decisão favorável para garantir fornecimento de medicamento para portadores da Hepatite C.

# SISTEMA PRISIONAL

O sistema prisional do Rio de Janeiro detém a atenção constante da Defensoria Pública. Por meio do Núcleo do Sistema Penitenciário, a instituição promove inspeções programadas nas unidades prisionais do estado, justamente para aferir as condições do cárcere e se os direitos dos presos são devidamente respeitados. Hoje o Rio de Janeiro tem uma população carcerária de 48.809 pessoas e apenas 27.242 vagas nos presídios, um dado que, por si só, sinaliza violação de direitos.

Em uma ação recente, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos, determinou ao governo brasileiro que resolva a superlotação do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, que fica no complexo penitenciário de Bangu. A DPRJ verificou que, somente nos últimos seis meses, 13 internos morreram no presídio que opera muito acima da capacidade e sofre com problemas que vão da inexistência de medicamentos à falta de água potável.

Mas essa é apenas uma das diversas ações da Defensoria nesta área. Em uma delas, a instituição busca assegurar atendimento médico por ginecologistas às mulheres e grávidas que estão presas. O processo ganhou força no ano passado, depois de uma gestante dar à luz em uma solitária, sem qualquer tipo de assistência, e está previsto para ser julgado em agosto.

No que diz respeito às garantias dos detentos, destaca-se também a atuação nas audiências de custódia – medida que tornou obrigatória a apresentação dos presos em flagrante a um juiz, em um prazo de 24 horas. Mais de 90% dos réus são representados por defensores públicos.

# POPULAÇÃO DE RUA

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio de seu Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (Nudedh), tem uma importante atuação junto à população em situação de rua. Uma das ações da instituição é a Ronda de Direitos Humanos, realizada periodicamente em diferentes pontos da cidade para verificar se essas pessoas vêm sofrendo algum tipo de violência por parte dos órgãos governamentais, como Guarda Municipal e Polícia Militar. Com informações coletadas em campo, a Defensoria apura tais violações e busca agir contra qualquer tipo de política de "higienização" que esteja sendo implementada.

A DPRJ, juntamente com a Defensoria Pública da União (DPU), solicitou à Prefeitura uma reunião de urgência para tratar de denúncias recebidas sobre violações desse tipo, principalmente devido à proximidade dos Jogos Olímpicos e à intensificação de operações ordenadas pelo município. A Defensoria quer uma solução administrativa, em alternativa a uma ação judicial, para casos como os de condução coercitiva aos abrigos, da retirada de pertences como papelão e documentos e até de agressão física.

Por meio de ações sociais, a DPRJ também atua no combate ao sub-registro, agindo para assegurar dignidade e cidadania às pessoas mais vulneráveis. Nessas ocasiões, os atendidos são encaminhados a postos de identificação civil e a outras unidades responsáveis pela emissão dos documentos e acesso a benefícios sociais, como auxílio financeiro e alimentação.





## DIREITO À MORADIA

O Núcleo de Terras e Habitação (Nuth) da Defensoria é responsável por assegurar o direito à moradia. Os mega eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, acabaram gerando diversas violações do direito à moradia. A especulação imobiliária exclui da cidade, cada vez mais, as pessoas mais pobres que já vivem em condições precárias. Vila Autódromo, Estradinha, Gamboa, Parque Columbia, Cidade de Deus e Metrô Manguera foram alguns dos locais em que o Nuth atuou na mediação contra as remoções das famílias e pela garantia da relocação delas.

Na Vila Autódromo, por exemplo, moravam cerca de 600 famílias na comunidade, que daria lugar à construção da Vila Olímpica. O Nuth acompanhou desde o início todas as negociações com a Prefeitura e, atualmente, as 20 famílias que resistiram no miolo da comunidade, mesmo tendo suas casas removidas, irão receber suas casas. O projeto de urbanização da Vila Autódromo, porém, só será concluído após as Olimpíadas.

O Nuth atua na defesa jurídica do direito à moradia nos casos de remoções, despejos, reintegração de posse e outros conflitos fundiários. O Núcleo também acompanha procedimentos administrativos que representam risco para a posse e moradia das comunidades vulneráveis e promove a regularização fundiária por meio de legitimação de posse ou auto de demarcação.



# **DEFENSORIA PÚBLICA**

---

## **DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

🌐 [www.defensoria.rj.def.br](http://www.defensoria.rj.def.br)

📱 CRC: 129    📞 Ouvidoria: 0800 282 2279

👉 [fb.com/defensoriapublicadoriodejaneiro](https://www.facebook.com/defensoriapublicadoriodejaneiro)

Assessoria de Comunicação

Contato: [imprensa.defensoriarj@gmail.com](mailto:imprensa.defensoriarj@gmail.com)

Telefones: +55 21 2332-0939 | +55 21 2332-6043

+55 21 2332-6191 | +55 21 98596-5462